

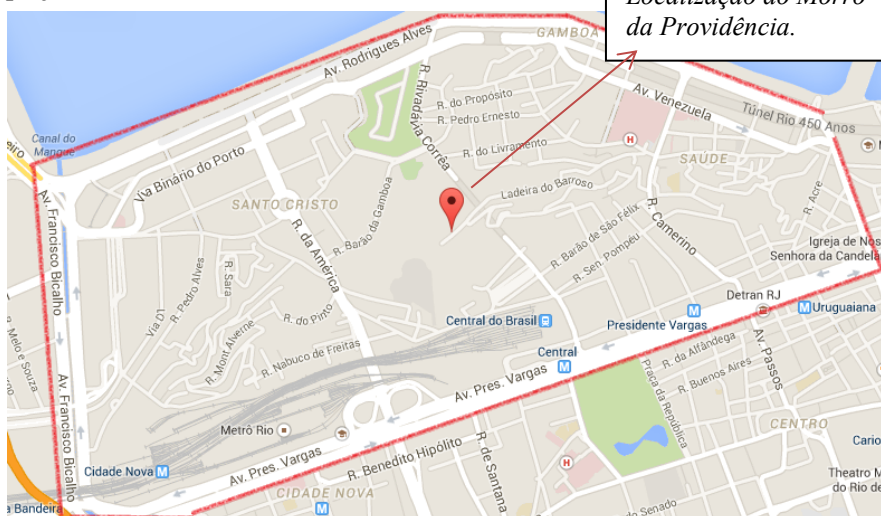
Casas Flutuantes no Morro da Providência: entre incertezas e ameaças de remoção forçada na tão sonhada cidade olímpica

Nathália Mota Rodrigues¹

Introdução

As zonas portuárias das grandes cidades estão se tornando cada vez mais o alvo do processo de gentrificação², isto é, de políticas urbanas que promovem a acumulação de capital, alterando o perfil social dessas áreas até então, abandonadas pelo poder público. No caso brasileiro, o Rio de Janeiro passa a ocupar o mais novo *hall* desses países gentrificadores, por meio do lançamento do Projeto Porto Maravilha. E é a partir dessa estratégia urbana articulada e globalizada que se iniciam as discussões em torno das intervenções da prefeitura no morro da Providência, devido a sua localização central.

A favela compõe parte da chamada “Área de Especial Interesse Urbanístico” (AEIU) que abrange cinco milhões de metros quadrados, tendo como limites as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco e Francisco Bicalho. Por sua localização geográfica, foi inserida na pauta das transformações urbanísticas do projeto, criando um embate entre prefeitura e moradores que se sentem prejudicados com essas obras de urbanização.



Fonte: Google Maps. Edição do autor, 2015.

Morro da Providência e suas origens

1 Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ.

2 Ver mais sobre o conceito de gentrificação em: BIDOU, Catherine Zachariasen. De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos. Rio de Janeiro: Ed. Annablume, 2006.

O morro da Providência, considerado a primeira favela do Rio de Janeiro, ocupa um lugar marginalizado na história desde os tempos de sua fundação: local dos remanescentes soldados da guerra de Canudos que não receberam sua residência, conforme prometido pelo governo na época e que passaram a ocupar as encostas do morro de forma irregular. Mais tarde, essa ocupação, inicialmente provisória, passou a ganhar novos moradores oriundos das desocupações forçadas, resultante das reformas de modernização urbana do então prefeito Pereira Passos, endossando o “processo de favelização” no morro.

Logo, tornou-se um reduto de famílias negligenciadas pelo poder público que viriam a encontrar nesse local uma alternativa de moradia, diante de uma estrutura espacial estratificada, fruto da nova lógica capitalista que surgia com o fim da escravidão e acentuada acumulação de capital proveniente da produção cafeeira, no final do século XIX. Dessa forma, a cidade passou a refletir as relações sociais, econômicas e políticas entre as diferentes classes, através da ocupação desigual do espaço urbano e a relação dos indivíduos sobre ele.³ A partir dessa perspectiva, vale reiterar o conceito de “mito da marginalidade”⁴ de Perlman ao demonstrar que os favelados, de forma alguma, são “marginais” no sentido de estar à margem do sistema - o que não significa negar a sua situação de segmento desprivilegiado e oprimido. Mas, muito pelo contrário, estariam muito bem integrados, uma vez que a maioria dos moradores das favelas são compostos de trabalhadores explorados, pilares da economia capitalista.

Atualmente, o *complexo da Providência* é composto pelas comunidades da Providência e da Pedra Lisa totalizando 4.354 habitantes,⁵ segundo o último censo demográfico de 2010. A condição socioeconômica dessa população ainda reflete uma situação de vulnerabilidade - se comparados ao seu entorno e a cidade como um todo -, conforme os critérios de rendimento per capita e taxas de analfabetismo divulgado pelo Instituto Pereira Passos (IPP).⁶ Tais dados ratificam o lugar social ainda ocupado por essa população, historicamente, estigmatizada no cenário urbano.

Porto Novo e Porto Maravilha: nem tão novo, nem tão maravilhoso

O Projeto Porto Maravilha foi iniciado em 2009, por meio da Lei Complementar nº101 que criou a Operação Urbana Consorciada da Região do

3 ABREU, Maurício de Almeida. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

4 PERLMAN, Janice. O Mito da marginalidade. Favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1976.

5 Os dados estão disponíveis no “Relatório da UPP Social”, formulado a partir dos dados do Instituto Pereira Passos (IPP) e IBGE, censo demográfico de 2010.

6 Conforme o último censo de 2010, a região da Providência apresentava um percentual de 8,4% de analfabetismo, enquanto que na zona portuária chegava a 4,9% e na cidade 2,9%. A mesma disparidade ocorre em relação a renda per capita por domicílio que, em um target mínimo de até 1/8 de salário mínimo recebido, a Providência atingiu 1,4%, ao passo que as demais áreas, respectivamente, obtiveram 0,7% e 0,5%. E para o target máximo de mais de 2 salários mínimos, tivemos 2,2% na Providência e 10,2% na zona portuária e 34,1% na cidade do Rio.

Porto do Rio de Janeiro (OUCPRJ), prevendo a realização de um conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo município, visando transformações estruturais no tecido urbano, melhorias sociais e a valorização ambiental.⁷ A concretização do projeto está diretamente ligada à dinâmica econômica empreendida pelo Brasil no cenário internacional que possibilitou a atração de megaeventos esportivos para a cidade do Rio de Janeiro.

A intenção de recuperar a zona portuária já tinha sido orquestrada na gestão do prefeito César Maia em 2001, através do “Projeto Porto do Rio” que assim como o Porto Maravilha, pretendia buscar investimentos para a região com a criação de arquiteturas emblemáticas, promoção de uma zona cultural com museus - o Museu Guggenheim seria a âncora do plano - e uma reformulação do espaço urbano por meio de empreendimentos residenciais e comerciais. Mas o clamor público da sociedade contra o projeto que envolvia elevados custos somados às divergências políticas das diferentes esferas de atuação do poder público seria uma das principais explicações para que o projeto permanecesse no papel.

Já a gestão do atual prefeito Eduardo Paes encontrou um panorama extremamente favorável para a concretização das obras no porto, devido, sobretudo, às alianças políticas firmadas entre município, estado e governo federal, bem como o recebimento da Copa do mundo de futebol em 2014 e as Olimpíadas de 2016.

PPP: parceria privada perfeita... para o capital

As intervenções na zona portuária estão sendo patrocinadas diante de parceria público-privada (PPP), através do Consórcio Novo Porto formado por empresas como Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia. Os recursos utilizados para a viabilização do projeto são basicamente oriundos dos denominados Certificados de Potencial Adicional Construtivo (CEPACs), espécie de títulos imobiliários pagos por investidores. Esses títulos concedem o direito de construir acima dos limites pré-estabelecidos em legislação municipal, diante da autorização prevista pela OUC. A “venda desse direito” seria uma forma de captar os recursos necessários para o empreendimento, segundo a prefeitura, sem onerar os cofres públicos. Mas vale ressaltar que, a compra de todos os CEPACs foi garantida, através dos recursos do FGTS (fundo de garantia por tempo de serviço), isto é, com dinheiro público, promovendo um cenário favorável aos investidores mediante a aceleração das obras de infraestrutura urbana sob responsabilidade do governo. Com isso, têm-se o fomento de uma valorização fundiária efetivada com investimentos públicos, mas apropriada privadamente pelos próprios investidores interessados na compra e venda de CEPACs.

7 Disponível em: www.portomaravilha.gov.br (Acesso em 27 de abril de 2014).

A acentuada valorização do local já tem atraído o interesse de diversas empresas como a Odebrecht Realizações Imobiliárias e o Porto Rio 2016 que já estão entre os que compraram títulos junto a Caixa.

As maravilhas do projeto

O projeto em andamento manteve muitos aspectos do anterior, como por exemplo, a criação da Via Binário do Porto, inaugurada em novembro de 2013, tendo o papel de escoar os veículos que acessavam o antigo Elevado da Perimetral, derrubado também em novembro por conta das obras. A justificativa para essa implosão foi centrada na deterioração e abandono promovidos pelo elevado em uma importante área da cidade, alvo do processo de revitalização. Essa ação provocou uma grande discussão na sociedade, devido ao alto valor gasto na demolição sem a participação da população quanto ao seu consentimento, bem como a ausência de estudos preliminares de impacto no sistema de transporte, nas vias de acesso à Ponte Rio-Niterói, Avenida Brasil e à Linha Vermelha. Outro ponto de convergência seria a construção de um polo histórico-cultural com a construção de museus, no caso do Porto Maravilha, como o já concluído Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR) e o Museu do Amanhã, em fase de finalização.

O morro da Providência, por estar inserido na área proposta a intervenção, também possui um projeto de urbanização próprio na favela.

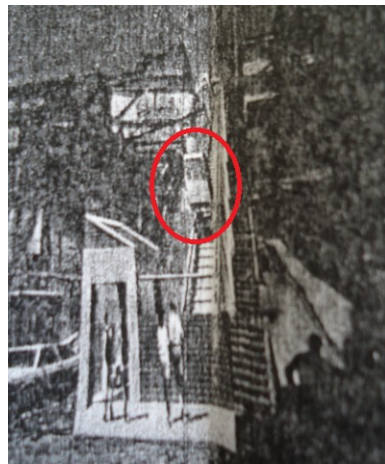
A princípio, a proposta da prefeitura na Providência seria a construção de um teleférico que ligaria o morro à Central do Brasil e à Cidade do Samba juntamente a um Plano inclinado que levaria os moradores a região mais alta do morro, a implantação de um centro histórico cultural na região, bem como obras de saneamento e melhorias urbanas. Apenas para a construção do teleférico foi aplicado um investimento de 75 milhões dentro dos 163 milhões liberados pelo Programa Morar Carioca da Secretaria Municipal de Habitação (SMH). O empreendimento foi projetado com o intuito de facilitar o deslocamento do morador na Providência e estando previsto também a interligação da estação da Central com o BRT e o veículo leve sobre trilhos (VLT) que também compõem o projeto. O Plano Inclinado ainda não começou a ser construído, passando por diferentes projetos para sua construção, por envolver um número expressivo de moradias a serem removidas no local projetado para o seu funcionamento. Até o momento, planeja-se construí-lo no meio da escadaria da Providência, abandonando o projeto original que teria sua localização à esquerda da subida e que iria substituir as diversas moradias existentes há décadas, conforme ilustrado nas figuras 1 e 2.

Figura 1- Foto da escadaria da Providência



Fonte: www.fase.org.br (Acesso em 01/04/2015)

Figura 2 – Revisão do Projeto do Plano Inclinado



Fonte: Projeto disponível na Associação dos Moradores da Providência, fornecido por Maria Helena dos Santos, presidente da associação.

Quanto à construção do Centro Histórico Cultural, a proposta seria transformar a comunidade num ponto turístico na área que abrange a Ladeira do Barroso, a Igreja de Nossa Senhora da Penha, o antigo reservatório e a Capela do Cruzeiro (Oratório) e estabelecer uma praça projetada com anfiteatro.

Figura 3- Oratório da Providência.



Fonte: Fotografia, Maurício Hora

Figura 4– Projeto Centro Histórico Cultural



Fonte: www.rio.rj.gov.br (Acessado em 30/04/2014)

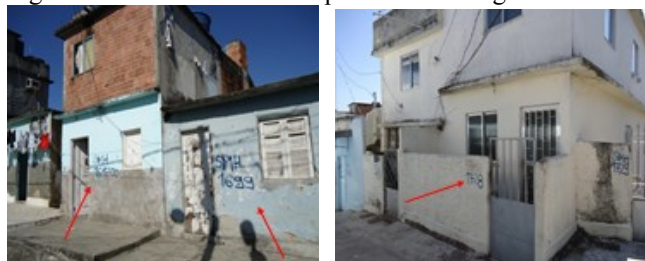
Todas as transformações urbanísticas teriam por objetivo, segundo a prefeitura, devolver à população uma região importante da história da cidade que ficou relegada ao abandono durante décadas, promovendo uma integração entre o novo espaço urbanizado e os moradores.

Casas marcadas

Quem sobe o morro da Providência pode notar nos muros frontais das residências um borrão de tinta preta que escondem as numerações, seguidas da sigla SMH⁸, que foram feitos em 2011, quando os moradores passaram a conviver com o fantasma das remoções de suas casas. A possibilidade de demolição surgiu com a divulgação de o Programa Morar Carioca na comunidade, fazendo parte do conjunto de intervenções do então Projeto Porto Maravilha. A secretaria de habitação, sob o comando do secretário Jorge Bittar na época, iniciou as marcações das casas e a medição de cada unidade habitacional, a fim de coletar dados físicos para o início das obras.

Uma das grandes reclamações dos moradores que tiveram as residências marcadas seria o descaso das autoridades nessa ação que não apresentou nenhum canal de esclarecimento e negociação coletivo ou individual que fosse eficaz. Alguns moradores relataram que receberam cartas de convocação para se apresentarem à SMH, mas a grande maioria não deteve qualquer informação sobre os destinos de sua moradia e de suas vidas.⁹ O ato de ter sua casa “pichada” sem nenhum esclarecimento, demonstra a indiferença do poder municipal quanto à opinião dos moradores e a participação dos mesmos na construção de um projeto que atenda aos interesses daqueles que deveriam ser os mais envolvidos – os que vivem na favela.

Figura 5 – Imóveis marcados pela SMH na região do Cruzeiro, na Providência.



Fonte: Fotos tirada pela autora, 2011.

Além da desinformação generalizada, vale ressaltar que tais ações não ocorreram a partir da apresentação e discussão conjunta de um plano de remoção e reassentamento, ocasionando, assim, várias situações de violações de direitos básicos, como o direito constitucional à informação, à inviolabilidade do lar. Conforme informado pela moradora Francisca da Silva Almeida,¹⁰ uma das grandes queixas seria quanto a não poder fazer nenhuma melhoria no seu imóvel, pois não sabe se amanhã terá que se retirar, tendo todo o dinheiro investido utilizado em vão. Essa incerteza quanto à continuidade de moradia no morro,

⁸ Secretaria Municipal de Habitação.

⁹ Relatório de Violação de Direitos e Reivindicações, 24/05/2011. Disponível em: <http://forumcomunitariodoporto.wordpress.com> (Acessado em 26/04/2014)

¹⁰ Entrevista concedida em 28/04/2014 por Francisca da Silva Almeida, moradora do Largo do Oratório.

promove um enorme sentimento de impotência e frustração que fere o direito humano de moradia digna e segura.

De forma geral, os moradores não se mostram contrários às obras, mas apontam a falta de diálogo e a deficiente forma de contato da prefeitura como um grave problema, uma vez que as ações empreendidas não atendem, efetivamente, a comunidade.¹¹ Mais do que ninguém reconhecem a necessidade de obras no morro, mas o que se tem hoje na Providência é um projeto que se pretende “maquiar a favela”, localizado em ponto estratégico, para turistas e um novo perfil social da população que passaria a frequentar a região portuária com seus novos restaurantes, pontos comerciais e residenciais gentrificados.

Minha casa, minha vida

Para a conclusão das obras propostas na Providência e sua inserção nos moldes de uma cidade desenvolvida foram previstas a remoção de 832 moradias na favela. A retirada dos moradores estaria pautada em um plano de reassentamento de 1061 apartamentos previstos para construção por meio do plano do governo “minha casa, minha vida”.¹² Atualmente, têm-se residências projetadas na Rua Nabuco de Freitas que, segundo publicado na imprensa do projeto, já abrigou 34 famílias, sendo a única obra em andamento para abrigar os removidos do morro.¹³

As propostas da prefeitura aos que pretendem deixar o imóvel transitam na compra dos imóveis, conforme a avaliação do mesmo e na promessa de imóveis que possam substituí-los na própria Providência, tendo o pagamento do aluguel social no valor de quatrocentos reais, enquanto durar as obras.

As maiores críticas às propostas oferecidas pelo poder público referem-se ao baixo valor pago pelas moradias que não seria suficiente para a compra de semelhante no entorno do morro, principalmente, com a elevação da especulação imobiliária na região central e na cidade como um todo. Além disso, os prédios em construção localizam-se no bairro do Santo Cristo com apartamentos de 42m² que têm a missão de substituir casas que tinham as ruelas do morro como o quintal de suas casas e o sentido de família estendido aos vizinhos, formando uma rede de solidariedade típica entre seus moradores. Um exemplo dessa cooperação pode ser explicado em um evento no morro expresso na foto do morador e liderança local, Maurício Hora, que capturou o momento de falta de água na comunidade, durante o carnaval quando o sistema de abastecimento é desviado para comportar o turismo da cidade do samba. Parte da comunidade estava empenhada em amenizar o

11 O artigo utilizará o termo “comunidade” quando se referindo às entrevistas e a fala dos moradores, visando respeitar o olhar desses para com o lugar que residem. Durante todo o trabalho de campo na Providência, os moradores se enxergam como moradores de uma comunidade e não de uma favela, ainda que esse último termo expresse um maior sentido de resistência e luta. Independentemente, dos motivos que os levam a identificar a legitimidade do termo “comunidade”, enquanto identificação de um espaço digno.

12 Todas as divulgações oficiais estão disponíveis no site www.rio.rj.gov.br

13 Prefeito entrega 34 imóveis do Minha Casa, Minha Vida na Providência. Disponível em <http://portomamarilha.com.br/materias/minha-casa-minha-vida/m-c-m-v.aspx> (Acessado em 02 de abril de 2015)

problema e se mobilizou carregando galões de água na íngreme escadaria de acesso a parte elevada da favela para atender as necessidades básicas das famílias ali fixadas. Esse é um dos diversos exemplos de relações construídas no morro que seriam intransponíveis.

As redes de solidariedade e a identificação com o espaço vivido que contam diferentes histórias acabam se tornando importantes barreiras para a aceitação das remoções. Dessa forma, é possível entender a dimensão simbólica do quanto os 42m² de apartamento no Santo Cristo se tornam pequenos para alojar famílias que transcendem as necessidades do senso comum de moradia. Ainda que os moradores estejam relativamente perto dos acessos ao morro – fisicamente falando – estão culturalmente distantes. As relações estabelecidas na comunidade não são as mesmas que no asfalto, fazendo com que a população sinta essa quebra e intensa alteração no cotidiano de suas famílias. Muitos moradores nasceram ou foram morar na Providência muito jovens estabelecendo um forte vínculo afetivo com o lugar, inseridos em uma história de resistência enorme a um espaço que fora relegado por anos pelas autoridades e a sociedade em geral (e ainda o é). Representa a história de uma favela que se tornou espelho das demais moradias precárias existentes na cidade, sendo chamada, inicialmente, de Morro da Favella, levando esse nome às demais existentes na cidade. Ao abordar os moradores quanto às remoções e o entendimento deles sobre as obras, todos os argumentos a favor da manutenção de suas famílias no morro foi atrelado ao fato da Providência ser a primeira favela do estado, ressaltando a importância dos seus direitos serem respeitados a partir dessa premissa. Como se a reivindicação de cidadania passasse por esse lugar construído simbolicamente e não pelo simples direito à cidadania plena que deveria ser concedida, independentemente, do território de origem. Com isso, a argumentação histórica é recorrente entre as lideranças locais por ser um instrumento de resistência e legitimação de direitos visando o reconhecimento social.

Favela: risco pra quem?

Uma das maiores alegações da prefeitura para a remoção das residências na Providência, ratificada na grande mídia, está intimamente relacionada à iminência de deslizamentos e possíveis acidentes com a queda de encostas.

Diante dos constantes argumentos da necessidade de remoção, devido a existência de risco de desabamentos, o Fórum Comunitário do Porto (FCP)¹⁴ junto a lideranças da comunidade promoveram um relatório sobre as visitas técnicas realizadas por profissionais da área, no Morro da Providência e da Pedra Lisa nos dias 23 de agosto e 07 de setembro de 2011. A partir disso, criou-se um contra

14 O Fórum Comunitário do Porto foi criado com o intuito de ser um espaço público com diversos atores como os próprios moradores da Providência, ONGs, universidades e outros. Fora organizado para discutir as possibilidades de mobilização e resistência ao projeto Porto Maravilha e as remoções previstas por ele.

laudo sobre o parecer técnico da prefeitura para a retirada das 832 famílias previstas no plano de remoção.

As conclusões obtidas com os relatórios foi a identificação de um fator de risco real, mas que não está associado às condições de estabilidade da encosta, mas sim, à existência de construções precárias com a utilização de madeira e material reaproveitado.

Partindo dessa avaliação, uma solução possível seria a eliminação dessas residências mediante a reconstrução das mesmas, visando atender a legislação que destaca que, não se deve apenas promover a habitação de interesse social à população residente que seja alvo de desapropriação, mas também incentivar a recuperação de imóveis ocupados para a melhoria das condições de moradia dessa população.¹⁵ Esses princípios não encontram equivalência prática, uma vez que apenas definem um conjunto de intervenções urbanísticas, mas não assumem de forma eficaz enquanto um projeto ligado a habitação de interesse social e, portanto, a reconstrução de moradias condenadas. A forte presença da lógica financeira como componente que estrutura a Operação Urbana Consorciada (OUC) faz com que todas as suas ações estejam subordinadas aos interesses da política urbana do grande capital e não a construção de uma cidade mais justa e ordenada.

Outra evidência quanto ao descompasso entre os princípios que norteiam legalmente a OUC e as ações empreendidas na Providência e que sustenta um superdimensionamento da classificação “área de risco”, alegada pela prefeitura, seria a criação de espaços com novos usos, como a construção do Centro histórico-cultural e o alargamento de vias na atual região da Grota no morro. Isso mostra uma enorme contradição, pois, alega-se a necessidade de retirada das famílias da região, mas pretende-se urbanizar o lugar, inserindo novas utilizações.

Além dessa fragilidade apresentada nos argumentos, o FCP denuncia a ausência de um estudo técnico adequado que ratificasse a remoção de centenas de pessoas, bem como a falta de transparência na apresentação dos estudos que foram realizados. Aponta que não foram apresentados oficialmente laudos técnicos aos moradores que estão com as casas marcadas com o mapeamento de risco e projetos que conteriam as especificações das obras previstas.

Na tabela construída pelo FCP com bases nos relatórios realizados pela Geo-Rio *Concremat Engenharia*, tornado público pela prefeitura do Rio de Janeiro em 2010 é possível estabelecer o número de residências a serem removidas por região no morro, bem como o motivo.

15 Artigo 2º, §2º - item XII da Lei nº101/2009.

Morro da Providência	Realocações – ref. Urbanização	Realocações – ref. Risco	Total
Região do Sessenta	61	40	101
Centro Histórico – Anfiteatro do Cruzeiro – Mirante	36	37	73
Ladeira do Barroso/Faria/ Praça Américo Brum	97	8	103
Rua da Grota/Bica/Dolores Pires	123	79	202
Pedra Lisa	-	351	351

Fonte: Fórum Comunitário do Porto. Editado pelo autor, 2014.

Através dos dados levantados na tabela, percebe-se que o número de residências sujeitas à remoção por motivos de urbanização são superiores aos motivos de “risco”, desconsiderando apenas a comunidade da Pedra Lisa que compõem o complexo da Providência. Mas, ainda assim, o discurso oficial que pauta as justificativas das remoções é, em sua grande maioria, acompanhado pelo fator de risco, corroborado pela grande mídia.

Além de superdimensionar o risco das moradias, também procura justificar o atraso das obras, devido a liminar judicial interposta pelos moradores, que contestam a viabilidade do projeto que resulta nas remoções.

A Secretaria Municipal de Habitação informou que ainda não há prazo para as obras do Morar Carioca, paralisada desde 2011, serem retomadas, porque depende de uma decisão da justiça. Os serviços foram suspensos por uma liminar obtida pela Defensoria Pública, a pedido de moradores que seriam removidos de uma área de risco para a construção de um plano inclinado de 70 metros de altura, ao lado da escadaria.¹⁶

A reportagem, de forma indireta, responsabiliza os moradores que estariam em área de risco pela paralisação das obras. Mas não aborda os motivos desses moradores entrarem com uma ação judicial. Não cita que os moradores da escadaria que daria espaço ao plano inclinado não estão situados em área de risco, bem como os demais motivos que levaram as vias judiciais, como a ausência de impacto de vizinhança e de audiências públicas para a discussão das obras e seu respectivo cronograma.

Nós vivemos essa praça

A resistência dos moradores para conter as remoções data desde o início da divulgação do programa Morar Carioca. Mas uma das grandes lamentações da população da Providência não está relacionada apenas a remoção das famílias que tiveram suas casas marcadas, mas também do único espaço de lazer e encontro disponibilizado na comunidade: a Praça Américo Brum.

¹⁶ Jornal O Globo. Publicado em 24 de junho de 2014.



A prefeitura, por meio de um recurso na justiça,¹⁷ conseguiu prosseguir com as obras para a construção do teleférico, mantendo paralisadas as demais ações urbanísticas.

A quadra poliesportiva que representava um espaço de extrema importância para os moradores foi demolida para dar espaço ao teleférico da Providência, sendo um dos símbolos de divulgação do Porto Maravilha.

É importante ressaltar que ali não só era uma fonte de lazer esportivo para os jovens, mas um ponto de encontro, manifestações festivas e culturais que congregavam a comunidade, como bailes funk e festas religiosas.

A construção do teleférico, além de promover a destruição de um espaço simbólico da favela, ainda não se mostrou relevante se considerado os custos envolvidos para a sua realização. A localização do empreendimento não contempla a população do ponto mais elevado da favela que, diferentemente, dos demais, não possui o acesso por meio das vans. Mesmo após a sua inauguração, percebe-se uma opção muito maior pelo uso das vans que deixam os moradores em pontos mais próximos de suas residências.

Sendo assim, os recursos investidos nessa obra faraônica poderiam ter sido mais bem aplicados em obras de reconstrução de calçadas, imóveis e saneamento básico que ainda carecem na região.

Conclusão

A Zona portuária nos últimos anos tem sido alvo de diversas políticas urbanas associadas aos interesses de mercado em que tanto o embelezamento urbano quanto a prioridade dos investimentos estão voltados para os interesses especulativos do solo urbano. O conjunto de ações do poder público junto à esfera privada promove diversos conflitos em torno da apropriação da terra urbana, dificultando o acesso democrático para fins de moradia e trabalho, produzindo uma lógica de cidade-mercadoria, através de obras que atraem o comércio e serviços para a região, visando o consumo.

Em ocasião dos megaeventos esportivos sediados na cidade, a área portuária tornou-se um foco de investimentos de capitalistas que negligenciam a

17 Agravo de instrumento nº 0001542-97.2013.8.190000

questão social e promovem gradativamente uma gentrificação do local, afastando a população tradicional dessa área central para a periferia da cidade.

Os movimentos sociais que acompanham esse processo, a fim de questionar essa lógica de mercado, que acompanha uma tendência internacional de revitalização dos centros urbanos para a ampliação de negócios, tem se articulado para evitar a sobreposição dos interesses privados ao público.

Atualmente, as obras do morro da Providência são um exemplo dessa resistência, tendo suas obras paralisadas, através de denúncias e ações judiciais. O descaso com os moradores, através de ações que desconsideram os direitos fundamentais de moradia e informação, tendo os moradores que vivenciar abordagens ilegais que ferem o sentido de cidadania que deveria ser garantido pelo Estado dito democrático. O que se vê é um Estado que representa a condensação da luta de classes e expressa o seu alinhamento às classes hegemônicas, subsidiando as ações opressoras sobre a população pobre na Providência.

Contudo, o intuito do trabalho foi apresentar a ação e reação das obras do Morar Carioca, que integraliza o Porto Maravilha, no Morro da Providência, a fim de evidenciar as remoções forçadas na comunidade como resultado de um processo de gentrificação dos centros urbanos que surgem como uma tendência global. Ressaltando a forma de implantação desses projetos e enfatizando a especificidade desse movimento de resistência que tem ocorrido, basicamente, através dos próprios moradores com setores sociais e a expressão da defensoria pública, por meio de ação judicial.

Artigo recebido em 30.3.2015

Aprovado em 11.5.2015